

DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Sem refresco

A convocação do partido Novo e do líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), para que o novo ministro da Previdência, Wolney Queiroz, vá ao Congresso explicar as fraudes do INSS deixou o governo com a certeza de que a pressão não vai diminuir nos próximos dias. Talvez meses. Daí a pressa do governo em promover o ressarcimento aos aposentados lesados pelas quadrilhas.

E o Centrão nada

Até aqui, a maioria das trocas de ministros de Lula serviu para resolver problemas do PT. Quanto ao Centrão, se não amarrar melhor, a tendência no futuro é de afastamento do governo.

O teste das frentes

Todas as frentes parlamentares ligadas à infraestrutura estão dedicadas, nesta terça-feira, a suspender a obstrução, a fim de votar o projeto de aperfeiçoamento da legislação de parcerias público-privadas e concessões. Essas frentes, suprapartidárias, são a esperança de convencer o PL de Sóstenes Cavalcanti a abrir uma exceção. O PL está em obstrução há duas semanas, desde que o presidente da Câmara, Hugo Motta, em comum acordo com a maioria dos líderes, decidiu não colocar em pauta a proposta de anistia.

Até aqui...

O PL só aceitou suspender a obstrução para análise da cassação de Glauber Braga (PSol-RJ) e do caso do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), em que os bolsonaristas trabalham para sustar todo o processo contra o parlamentar, que abarca Jair Bolsonaro e os generais acusados de tentativa de golpe.

O projeto que não pode esperar



Funcionando aos trancos e barrancos por causa dos feriados e da obstrução dos opositores, o Congresso precisará mudar essa toada e apreciar a Medida Provisória 1286, de dezembro de 2024, que reajustou o salário dos servidores públicos. Os congressistas têm menos de um mês para decidir, porque a MP perde a validade em 2 de junho. Ou seja, ou a Câmara e o Senado votam, ou o gramado do Congresso verá novas manifestações. E, desta vez, não será contra o governo e, sim, para reclamar dos parlamentares. O governo fez a parte dele e editou a medida.

» » »

A avaliação de muitos é de que o boicote do PL custará caro ao partido, porque a anistia, embora seja um tema importante, não pode parar propostas importantes, não só aquelas de interesse dos servidores como aquelas que mobilizam o setor produtivo.

CURTIDAS

Três alas/ O Cidadania está se desintegrando. Um grupo quer federação com o PSB, outro com o PSD, e um terceiro prefere ficar sozinho. A federação com o PSDB existe apenas no papel, como um casamento de aparências. Os integrantes do Cidadania não gostaram nada de o PSDB ter deflagrado a conversa de fusão com o Podemos e posterior federação com o Solidariedade e o Avante.

Por falar em federação... União Brasil e PP já fizeram as contas. Juntos, vão economizar recursos do fundo eleitoral para lançar deputados federais. Se antes tinham de financiar todos os seus candidatos, agora, esse financiamento será meio a meio.

Um mundo em ebulição/ Este é o tema central do 2º Foro Transformações, organizado pelo Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe), em 8 e 9 de maio, em Madri, na Espanha. A ideia é refletir sobre os primeiros 100 dias deste ano e as mudanças adotadas pelos



Marcelo Ferreria/DA Press

novos líderes mundiais, em especial, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O evento contará com palestras de diversas autoridades, entre elas, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes (foto), e o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Melo.

Debate/ O think tank Esfera Brasil reúne hoje ministros, parlamentares, autoridades e empresários na Casa ParlaMento em Brasília. Os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia), Jader Filho (Cidades), Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Renan Filho (Transportes) e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, confirmaram presença. Já o senador Marcos Rogério (PL-RO) e o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) receberão o prêmio Destaque Parlamentar pelas contribuições feitas ao setor de infraestrutura.

ESCÂNDALO DO INSS / Governo trabalha para anunciar a forma de ressarcimento dos aposentados. Um dos desafios é encontrar recursos para os pagamentos. Entre as opções, estão a abertura de crédito suplementar ou remanejar o Orçamento

Plano deve sair até semana que vem

» VICTOR CORREIA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo corre para criar uma forma de ressarcir os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que foram vítimas de descontos ilegais. Ontem, a Casa Civil convocou uma reunião no Palácio do Planalto para tratar do tema, com todos os órgãos envolvidos. Além do chefe da pasta, ministro Rui Costa, participaram do encontro os ministros da Previdência, Wolney Queiroz, e da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho; o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior; a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, além de representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) — o titular, ministro Jorge Messias, está em viagem à Espanha.

O Plano de Ressarcimento Excepcional está sendo formulado pelo próprio INSS e pela AGU e foi apresentado pela primeira vez à Presidência ontem. Além do aval da Casa Civil, o ressarcimento terá de ser autorizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes de ser anunciado formalmente. A expectativa é de que o plano seja divulgado até a próxima semana, com a criação de um canal exclusivo para que os aposentados possam apresentar os pedidos de reparação, que serão analisados caso a caso.

Um dos principais pontos de discussão é sobre a fonte dos recursos que serão usados para pagar as vítimas. Após a reunião na Casa Civil, a discussão foi retomada à tarde na sede do Ministério da Previdência.

O Executivo tenta definir se remaneja o Orçamento de 2025, cortando verbas de outras pastas

e de emendas parlamentares, ou se abrirá crédito extraordinário — essa última opção, porém, aumenta a dívida pública e desagrada investidores.

Nas discussões, o Ministério da Fazenda defende que o ressarcimento seja feito sem extrapolar o arcabouço fiscal, o que requer enxugar gastos em outros setores. O governo também busca responsabilizar judicialmente as 11 entidades acusadas de participar do esquema criminoso, para cobrir o rombo nos cofres públicos, mas por se tratar de processos na Justiça, esses pagamentos devem demorar.

Outro problema é que ainda não há um cálculo preciso sobre o valor que terá de ser devolvido. A investigação da CGU e da Polícia Federal (PF) estima que o prejuízo pode chegar a R\$ 6,3 bilhões. Além disso, o INSS avalia em 4 milhões o número de vítimas, em todas as unidades da Federação. A crise causada pela revelação do caso levou ao pedido de demissão do então ministro da Previdência, Carlos Lupi, que foi substituído pelo atual titular da pasta, Wolney Queiroz, que estava na Secretaria Executiva do ministério. Ambos são do PDT.

Reclamações

Entre 1º de janeiro de 2023 e 4 de maio deste ano, o INSS acumula 532 queixas anônimas relacionadas a “desconto de associados de entidades de classe não autorizados”, conforme dados da ferramenta Resolouve, da CGU.

O que também pode ter relação com os repasses irregulares de benefícios são os “Descontos não autorizados no benefício”. Segundo o painel, o período de 2023 a maio de 2025 registrou 238 reclamações de descontos não autorizados pelos beneficiários.

Renato Menezes/AscomAGU



O presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, afirmou que a prioridade do governo é proteger as vítimas

» Ministros vão à Câmara

Três ministros de Lula são esperados na Câmara nesta semana. O chefe do Itamaraty, Mauro Vieira, deverá ir à Comissão de Relações Exteriores, hoje, para falar sobre o asilo diplomático a Nadine Heredia, ex-primeira-dama do Peru. Já a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deve comparecer à reunião da Comissão de Agricultura, amanhã, para esclarecer sobre os impactos ambientais da construção de uma nova rodovia em Belém para a COP30. Na mesma comissão, mas no dia anterior, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, deve ser questionado sobre o preço dos alimentos, entre outros temas.

Oposição vai protocolar CPMI no Senado

» ISRAEL MEDEIROS

Com o temor de perder o timing político para explorar o escândalo do INSS, a oposição se organiza em várias frentes para viabilizar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para desgastar o governo Lula e expor a participação de agentes públicos no esquema. Deputados e senadores devem protocolar, hoje, o pedido para instalar uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI), cujos membros seriam parlamentares de ambas as Casas Legislativas.

O objetivo é que a tramitação desse requerimento seja mais rápido do que o da CPI na Câmara,

protocolado na semana passada pelo deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) e que está atrás de outros 12 pedidos de instalação de CPI na Casa.

Segundo a deputada Coronel Fernanda (PL-MT), autora do requerimento, até a tarde de ontem, já havia assinaturas de 182 deputados e 29 senadores. O mínimo necessário para a instalação da CPMI é de 171 deputados e 27 senadores.

Entre os que assinaram, há deputados de partidos com ministérios no governo, como Republicanos, União Brasil e MDB, siglas que têm alas bolsonaristas e não entregam

unanimidade nas pautas de interesse do Planalto.

“Estamos falando de uma situação que afeta diretamente o trabalhador brasileiro e coloca em risco a sustentabilidade da Previdência Social. Não podemos tratar isso como um caso isolado, é um esquema com ramificações, e precisamos apurar com profundidade e responsabilidade”, disse a deputada Coronel Fernanda.

No Senado, a responsável pela articulação é a senadora Damares Alves (Republicanos-DF). “Muitos deputados assinando. Superou a nossa expectativa o número de assinaturas. O

Congresso Nacional não vai se omitir. Os nossos eleitores nos elegeram para a gente fazer a fiscalização. E nós vamos fiscalizar, acompanhando toda a investigação dos envolvidos, dos criminosos e bandidos que precisam ir para a cadeia, mas também o ressarcimento a todas as vítimas do Brasil”, disse Damares, em um vídeo publicado em seu perfil no X.

Da parte do governo, há uma tentativa de ressaltar, nas redes sociais e no discurso político, que o esquema começou no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

*Leia mais sobre o escândalo do INSS na página 6